



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA À DISTÂNCIA**

MARIA LUIZA FEITOZA LEITE

**EDUCAÇÃO ESPECIAL: INCLUSÃO DE ALUNOS DEFICIENTES NO
ENSINO REGULAR**

**JOÃO PESSOA - PB
2017**

MARIA LUIZA FEITOZA LEITE

**EDUCAÇÃO ESPECIAL: INCLUSÃO DE ALUNOS DEFICIENTES NO
ENSINO REGULAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade à Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Nunes da Fonsêca.

JOÃO PESSOA - PB

2017

L533e Leite, Maria Luiza Feitoza.

Educação especial: inclusão de alunos deficientes no ensino regular / Maria Luiza Feitoza Leite. – João Pessoa: UFPB, 2017.

39f.

Orientadora: Patrícia Nunes da Fonsêca

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia – modalidade à distância) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Educação. 2. Inclusão. 3. Igualdade. I. Título.

MARIA LUIZA FEITOZA LEITE

**EDUCAÇÃO ESPECIAL: INCLUSÃO DE ALUNOS DEFICIENTES NO
ENSINO REGULAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade à Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Nunes da Fonsêca.

Aprovada em: ____/____/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Patrícia Nunes da Fonsêca
Orientadora
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Prof. Magno Alexon Bezerra Seabra
Membro Interno
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Profa. Ms. Jérssia Laís Fonsêca dos Santos
Membro Externo
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

A Deus todo meu agradecimento.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o trabalho de professores de uma instituição de ensino regular com alunos deficientes. Participaram três professores do sexo feminino com idade média de 35/45 anos. Utilizou-se um questionário sociodemográfico e um roteiro de entrevista semiestruturado. Para análise de dados, foi empregada a análise de conteúdo de Bardin. Os resultados indicaram que os professores não atuam conforme o modelo da inclusão, todavia atuam junto aos alunos deficientes nos moldes da integração. Apresentaram obstáculos na sua prática pedagógica, bem como sugestões para uma prática condizente com a lei. Conclui-se que há a necessidade de capacitação de professores além da assistência do poder público, da comunidade e da família dos alunos deficientes para a efetivação da lei que trata da inclusão escolar.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Igualdade.

ABSTRACT

This research had as objective to analyze the work of teachers of a regular teaching institution with disabled students. Three female teachers with a mean age of 35/45 participated. A sociodemographic questionnaire and a semistructured interview script were used. For data analysis, the Bardin content analysis was used. The results indicated that the teachers do not act according to the model of inclusion, but they work with disabled students in the integration model. They presented obstacles in their pedagogical practice, as well as suggestions for a practice consistent with the law. It is concluded that there is a need for teacher training beyond the assistance of the public power, the community and the family of disabled students for the implementation of the law that deals with school inclusion. **Keywords:** Education. Inclusion. Equality.

Keywords: Education. Inclusion. Equality.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
2 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO HISTÓRICO	09
2.1 O caminho da segregação rumo à inclusão	14
2.2 Partindo da segregação para a integração	14
2.3 A integração com destino a inclusão	15
3 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL.	17
3.1 Políticas brasileiras sobre inclusão	18
4 METODOLOGIA	25
4.1 Delineamento	25
4.2 Local da realização da pesquisa	25
4.3 Participantes	25
4.4 Instrumentos	25
4.5 Procedimentos	26
4.6 Análises de dados.	26
5 RESULTADO E DISCUSSÃO	27
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	33
ANEXOS	36

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, os indivíduos acometidos por algum tipo de limitação normalmente viviam a margem da sociedade, quase sempre ocultos em suas casas. Sua condição especial muitas vezes os afastavam de uma vida em sociedade por imposição de seus familiares ou mesmo por serem considerados diferentes, ou melhor, inferiores. Suas limitações justificavam a crença de inferioridade e de incapacidade para aquisição de conhecimentos.

Entende-se que não se pode falar de justiça social, quando não há igualdade para todos. Para uma educação igualitária, precisa-se partir do princípio de que todos têm o direito de tê-la e com qualidade, mesmo que para isso seja necessário usar de diferentes meios para oportunizá-la a todos, para isto ocorra, é fundamental que haja uma adaptação curricular, atitudinal e espacial às necessidades das pessoas deficientes.

Verifica-se que cabe às escolas especiais a tarefa de incluir estes alunos, dando-lhes as mesmas oportunidades de aprendizagem, só que de modo adaptado. Entretanto, ressalta-se que, é também na escola que acontecem diferentes tipos de segregação. O mesmo ambiente que tem o poder de oportunizar igualdade e potencializar conhecimentos, também pode marginalizar, enfraquecer e desestimular o aluno a ponto de fazê-lo desistir, dificultando um de seus objetivos que é fazer um trabalho de inclusão.

Alunos com necessidades educativas especiais sempre foi, é e será realidade nas instituições de educação em qualquer parte do mundo, o que motiva a preocupação com o entendimento, reconhecimento, pesquisas, estudos e debates sobre o tema no sentido de planejar, trabalhar e pensar métodos de incluir indistintamente todos desde os anos iniciais de vida escolar.

Diante do exposto e considerando que este cenário é parte de quase toda realidade brasileira, buscou-se conhecer como é feito este trabalho pelos professores de uma escola pública no município de Teixeira/PB. Especificamente, buscou-se saber: como os professores concebem a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas regulares? Quais são as práticas pedagógicas adotados pelos professores junto as crianças com deficiência em sala de aula?.

Este trabalho busca gerar novos conhecimentos que possam ajudar a promover projetos de intervenção através de estudos em que viabilizará uma avaliação da situação local. Ademais, esta pesquisa parte de um interesse pessoal em conhecer esta realidade cada vez mais presente na educação, pois como profissional percebo diariamente as dificuldades enfrentadas pelas crianças deficientes na falta de efetividade das políticas públicas brasileiras.

O estudo aqui abordado permitirá conhecer a realidade de uma escola pública, os fatores positivos e aqueles que necessitam ser melhorados, proporcionando, portanto, subsídios para as futuras intervenções.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a inclusão de alunos deficientes em uma escola regular, especificamente discutir as políticas e marcos legais que norteiam a inclusão de alunos deficientes; identificar as concepções de educação inclusiva dos professores do ensino regular; conhecer as práticas pedagógicas dos professores do ensino regular que promovem inclusão de alunos deficientes; saber dos professores do ensino regular as limitações enfrentadas na sala de aula que dificultam a política de implantação da inclusão

O presente estudo foi dividido em seis capítulos. No primeiro capítulo, expõe-se a presente introdução, que traz breves considerações sobre inteiro teor do conteúdo a ser estudado. O segundo capítulo apresenta os objetivos gerais e específicos do presente estudo, tratando sobre a pessoa com deficiência no contexto histórico a fim de delinear os pontos mais relevantes da pesquisa. O terceiro capítulo objetiva trazer comentários acerca da educação especial no Brasil, abordando o seu surgimento, desenvolvimento, dentre outras considerações, como as políticas adotadas no Brasil sobre a inclusão dos deficientes nas escolas, sobre a legislação que regulamenta tal inclusão. No quarto capítulo do presente estudo apresenta-se a metodologia utilizada para a realização da presente pesquisa, com exposição do local selecionado, participantes da pesquisa, procedimentos e análise de dados. O quinto capítulo apresenta os resultados adquiridos acerca do tema, como também as discussões com exposição de ideias relativas à inclusão/interação das crianças com deficiência na escola. Por fim, o sexto capítulo apresenta as conclusões que puderam ser analisadas ao longo da pesquisa, demonstrando pontos positivos e/ou negativos do ensino regular para crianças com deficiência.

2. A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO HISTÓRICO

A inclusão é um processo evolutivo do processo de integração, que teve início com o processo de práticas pedagógicas voltadas ao atendimento educacional de pessoas com necessidades educativas especiais, bem como com a criação de espaços que permitiram uma maior participação destes indivíduos na sociedade (CARNEIRO, 2007).

A Educação Inclusiva, segundo Glat (2007),

[...] é hoje política educacional garantida pela legislação em nível federal, estadual e municipal. Cabe aos órgãos governamentais e às instituições públicas e privadas implementá-la de forma satisfatória, considerando o contexto e as peculiaridades locais (GLAT, 2007, p.188).

Os estudos sobre os direitos das pessoas deficientes não estão separados dos fatos históricos que são indicadores da evolução da sociedade e da criação de suas leis. Não se tem evidência de como os primeiros grupos humanos na terra, na vida primitiva, se comportavam em relação às pessoas com deficiência. Possivelmente essas pessoas não sobreviviam ao ambiente hostil da terra. A escassez de alimentos, a falta de abrigos adequados ao clima com dias de extremo calor e as noites de frios insuportáveis eram fatores que levavam a morte de muitas pessoas e animais, ficando apenas aqueles que conseguiam resistir as essas situações. Isso porque era necessário ir à caça para garantir o sustento diário, além de ter que saber como armazená-lo para o longo inverno. Como não se plantava para adquirir alimentos, havia a necessidade de fazer a colheita de frutos, folhas e raízes, e caçar para obtenção de alimentos, enquanto a pele servia para se aquecer (GURGEL, 2007; SILVA, 1986).

Percebe-se um individualismo muito natural, onde cada um vivia e produzia para si. É muito provável que o indivíduo não pudesse depender do outro para sobreviver. Sua vida estava condicionada as suas capacidades. Sua incapacidade de prover seu sustento, o mínimo de conforto e defesa contra animais delimitava seu tempo de vida.

Na Pré-História há os primeiros traços de evolução da inteligência humana. Os componentes do grupo começaram a perceber melhor o ambiente no qual viviam. Adoravam o sol, a lua e os animais. Surge um sentimento de comunidade. As tribos começaram a se agrupar e nasce uma preocupação com a sobrevivência a partir da manutenção da saúde e a segurança do grupo. Diante destes fatos os estudiosos chegaram à conclusão de que a sobrevivência de um indivíduo deficiente era praticamente impossível nos grupos primitivos já que o ambiente e as condições desfavoráveis o tornavam um fardo para o grupo, onde só os mais fortes sobreviviam. Atos hoje considerados desumanos como abandono de crianças

deficientes eram muito comuns (GURGEL, 2007; SILVA, 1986). Como se pode constatar, as pessoas tidas como diferentes ou com algum tipo de limitação sempre foram consideradas inferiores, por consequência, sofreram diversos tipos de segregação.

Na Pré-História, nas sociedades de cultura primitiva, os povos eram nômades, sobrevivendo da caça e da pesca. Estavam sujeitos às intempéries e aos animais selvagens. Tudo isto dificultava a aceitação de pessoas que fugiam à rotina da tribo, pois, incapazes de irem à busca da caça e de sobreviver por si mesmos à agressividade da vida, essas pessoas mostravam-se dependentes da tribo. Por este motivo, eram abandonadas em ambientes agrestes e perigosos, o que inevitavelmente contribuía para sua morte. Embora, não se tenham registros declarados da existência de pessoas com deficiência nesta época, estes dados levantam a hipótese de tal ocorrência (ROLIM, 2008).

Na Antiguidade, conforme Rolim:

O contexto educacional que a sociedade atual oferece àqueles que apresentam alguma deficiência para se adaptar à expectativa da comunidade em que vivem é fruto de um processo histórico social que remonta à Idade Antiga. Em Esparta e Atenas crianças com deficiências física, sensorial e mental eram consideradas subumanas, o que legitimava sua eliminação e abandono. Tal prática era coerente com os ideais atléticos, de beleza e classistas que serviam de base à organização sociocultural desses dois locais. Em Esparta eram lançados do alto dos rochedos e em Atenas eram rejeitados e abandonados nas praças públicas ou nos campos (ROLIM, 2008, p. 7).

No Egito Antigo, há mais de cinco mil anos, evidências arqueológicas fazem deduzir que pessoas deficientes eram incorporadas nas diversas classes sociais (faraó, nobres, altos funcionários, artesãos, agricultores, escravos). Sua colaboração está bem nítida na arte egípcia, através dos afrescos, papiros, túmulos e múmias. Trabalhos acadêmicos a partir de restos biológicos de aproximadamente 4.500 A.C., evidenciam que pessoas com nanismo executavam sem qualquer impedimento físicas ocupações e ofícios, entre estes, dançarinos e músicos (ROLIM, 2008).

Na Grécia, Platão, em seu livro “A República”, e Aristóteles, em seu livro “A política” organizavam o planejamento das cidades gregas indicando as pessoas consideradas “disformes” para serem eliminadas, seja por exposição, abandono ou atiradas do aprisco de uma cadeia de montanhas chamada Taygetos. Em Esparta, a preocupação com a guerra fazia com que indivíduos deficientes fossem eliminados já que não serviriam para as guerras constantes em defesa das fronteiras de seus territórios contra invasões bárbaras, principalmente do Império Persa. Só os mais fortes sobreviviam para servir ao exército de

Leônidas. Em Roma, as leis permitiam aos pais matarem as crianças deficientes por afogamento. Há ainda indícios de abandono dos filhos em cestos no Rio Tibre ou em outros lugares sagrados. Aqueles que sobreviviam eram explorados nas cidades ou integravam circos para entretenimento de nobres. Entretanto, surge em Roma o cristianismo voltado para a caridade e o amor entre as pessoas. As pessoas deficientes sentiram-se acolhidas por essa nova visão. Este, por sua vez, combateu práticas como eliminação de filhos deficientes. Perseguidos, os cristãos alteraram as concepções romanas a partir do Século IV. Foi neste período que surgiram os primeiros hospitais de caridade que abrigavam indigentes e pessoas com deficiências (GURGEL, 2007; SILVA, 1986).

Na Idade Média, na Europa, em geral, a atitude para com as pessoas com deficiência era a mesma, até a difusão do cristianismo. Entre os milagres de Cristo, aparece em grande número a cura de deficiências física, auditiva e visual. Um exemplo de influência dos ideais cristãos é a figura de Nicolau, Bispo de Myra, que nos anos 300 d.c. acolhia crianças e pessoas abandonadas com deficiência. Com o cristianismo estas pessoas ganharam alma e, eliminá-las ou abandoná-las significava atentar contra os desígnios da divindade. Assim, ao longo da idade média são consideradas “filhos de Deus” (anjos retratados em pinturas da época possuíam características da Síndrome de Down). Todavia, a igualdade de status moral ou teológico não correspondia à igualdade civil e de direitos. A pessoa com deficiência mental passa a ser acolhida em conventos ou igrejas, ou, quando a deficiência não era acentuada, sobreviviam na família, escapando à exposição (prática do abandono à inanição ou servindo como palhaços ou atrações em circos) (ROLIM, 2008).

No século XIII surge a primeira instituição para pessoas deficientes, pioneira do atendimento sistemático. Tratava-se de uma colônia agrícola, na Bélgica, que orientava o tratamento com base na alimentação, exercícios e ar puro para diminuir os defeitos da deficiência. Surge no século XIV, a primeira legislação que tratava dos cuidados com a sobrevivência e com os bens das pessoas com deficiência mental (Da *Praerogativa Regis*, baixada por Eduardo II, da Inglaterra). Cabia ao rei à responsabilidade por esses cuidados e recebia a herança como pagamento. É a partir desta lei que surge a diferença entre a pessoa com deficiência mental e doença mental. No primeiro caso era considerada “loucura natural” pessoas que sofriam de idiotia permanente e no segundo caso, pessoas “lunáticas” pessoas que sofriam de alterações psiquiátricas transitórias (GURGEL, 2007; SILVA, 1986).

O “*Diretorium*” de Emérico de Aragão através da inquisição católica, instituição que fazia parte do sistema jurídico da igreja romana sacrificou deficientes mentais, considerando-os entre loucos adivinhos e hereges. Também foi responsável por tortura, fogueira e o

confisco de bens para qualquer conduta herética ou obscena para àqueles que se recusavam a responder ou dar resposta sem nexos quando interrogados. No decorrer da Inquisição, foi criado o “*Malleus Maleficarum*” (1482), manual de semiologia, segundo ele, capaz de “diagnosticar” bruxas e feiticeiros, entendia sinais de deformação física ou mental como associação ao demônio e como consequência, a condenação de muitos deficientes a fogueira da inquisição (ROLIM, 2008).

Na Idade moderna “no século XVI, surgiram dois intelectuais: Paracelso, médico e, Cardano, filósofo. Paracelso, no seu livro “Sobre as doenças que privam o homem da razão”, foi o primeiro a considerar a deficiência mental um problema médico, digno de tratamento e complacência. Cardano, além de concordar que a deficiência era um problema médico, se preocupava com a educação das pessoas que apresentavam a deficiência. Ainda neste século, novas leis definem a loucura e a idiotia como enfermidade ou produto de infortúnios naturais, com o objetivo de disciplinar a administração de bens e heranças dessas pessoas (ROLIM, 2008).

Em Londres, em “*Cerebri Anatome*”, Thomas Willis apresenta uma postura organicista da deficiência mental, argumentando, cientificamente, como um produto de estrutura e eventos neurais. Essas explicações, contudo, não mudam de imediato a visão que a sociedade tem das pessoas com deficiência. Ainda prevalecem as atitudes religiosas. Para Thomas Willis: “A idiotia e a estupidez dependem de uma falta de julgamento e de inteligência, que não corresponde ao pensamento racional real; o cérebro é a sede da enfermidade, que consiste numa ausência de imaginação localizada no corpo caloso ou substância branca; e a memória, na substância cortical. Assim, se a imbecilidade e a estupidez aparecem, a causa reside na região envolvida ou nos espíritos animais, ou ambos (ROLIM, 2008).

John Locke, no século XVII, inova as doutrinas em vigor com estudos sobre a mente humana e suas funções. Considerou o recém-nascido e o idiota como “tabula rasa” (o comportamento como produto do ambiente, que possibilita as experiências) e entendia a deficiência como a carência de experiências. Defendia que o ensino devia complementar essa insuficiência. Influenciado por Locke, Condillac apresentou uma formulação psicológica à teoria de seu mentor. A estátua de Condillac exprimia a teoria da “tabula rasa” e como o conhecimento é adquirida, proposição que embasaria sua teoria de aquisição de ideias (ROLIM, 2008).

Na Idade contemporânea, no século XVIII, Foderé escreveu o “Tratado do bócio e do cretinismo”. Nesse trabalho, o autor levanta a ideia da hereditariedade da deficiência, o fatalismo genético do cretinismo. Segundo ele, o cretinismo implica, sobretudo, na

degradação intelectual que será maior ou menor, conforme o acometimento da doença. Diferentes graus de retardo foram associados a diferentes níveis de hereditariedade, justificando a segregação e a esterilização dos adultos afetados pelo bócio. Entendida como uma das carências nutricionais cuja etiopatogenia é das mais conhecidas entre os médicos, o bócio endêmico determinado pela carência de iodo nos alimentos e na água de regiões localizadas distantes do litoral, logo, pobres em iodo natural. Esta carência prolongada promove uma disfunção na glândula tireóide cuja forma grave é o “cretinismo” conhecido na “idiotia” e surdo-mudez como o dobro de ocorrências em mulheres (ROLIM, 2008).

Vários autores marcaram com seus trabalhos, o século XIX. Entre eles, Itard, criador da otorrinolaringologia, fundador da Psicologia Moderna e da Educação Especial. Apresentou o primeiro programa sistemático de Educação Especial (1800), a partir da metodologia utilizada com Victor, o selvagem de Aveyron. Enquanto Itard defendia a idiotia como uma insuficiência cultural, Pinel, contrariamente a defendia como deficiência biológica. Este, por sua vez, era considerado o pai da psiquiatria, destacou-se por entender que os seres humanos que sofriam de perturbações mentais eram doentes e que não deviam ser tratados de forma violenta. A divergência entre estes dois autores aponta um problema que existe até hoje, o da avaliação, já que fatores biológicos e ambientais podem estar presentes num mesmo diagnóstico. Este fator dificulta a avaliação e impossibilita a origem da deficiência mental (GURGEL, 2007; SILVA, 1986).

O bom trabalho de Itard e seus discípulos quanto à evolução filosófica e pedagógica, não previnem e nem curam a deficiência mental, daí a importância do conhecimento médico que forma o conceito único da deficiência ligado à hereditariedade (visão definitivamente orgânica). Por influência desses autores surgem as primeiras escolas para deficiência mental. Entre elas a escola de Abendberg, criada em 1840, objetivava a recuperação dos cretinos e idiotas visando sua autonomia e independência (GURGEL, 2007).

Na mesma época, surge Johann Heinrich Pestalozzi, defensor da educação pública. Para ele a educação era o direito absoluto de toda criança e a escola deveria ser como um lar, pois esta era a melhor instituição de educação, alicerce para a formação moral, política e religiosa. Ainda segundo ele todo homem deveria adquirir autonomia intelectual a fim de desenvolver uma atividade produtiva autônoma e o ensino escolar deveria promover o desenvolvimento de cada um dos três campos: o da faculdade de conhecer, o de desenvolver habilidades manuais e o de desenvolver atitudes e valores morais. Froebel, ao visitar uma escola de Pestalozzi, cria um sistema de Educação Especial com materiais e jogos

específicos, simples e eficazes, tornando o ensino mais produtivo, lúdico e concreto (GURGEL, 2007; SILVA, 1986).

Em meados do século XX surgem às escolas montessorianas. O método criado por Maria Montessori para crianças deficientes parte do concreto para o abstrato. Para ela, crianças aprendem melhor pela experiência de procura e descoberta. Neste sentido esta autora criou objetos didáticos simples, atraentes e próprios para desenvolver o raciocínio. (ROLIM, 2008). A seguir, serão vistas as etapas do processo de inserção da pessoa deficiente na sociedade, da segregação até a inclusão.

2.1 Caminho da exclusão rumo à segregação

O período de exclusão inicia-se mais ou menos na Antiguidade passando pela Idade Média, onde crianças podiam ser mortas da forma mais grotesca. A religião católica através da Inquisição foi responsável pela execução de muitas pessoas deficientes sob o pretexto de que pessoas humanas, física ou mentalmente diferentes tinham pactos com o demônio através dos atos de bruxaria e feitiçaria. Ainda neste período manifestam-se os primeiros atos de caridade para com os deficientes. Alguns nobres e ordens religiosas criam hospícios e albergues para receber deficientes e marginalizados. Entretanto estas eram ações isoladas. Na maioria dos casos, estas pessoas eram abandonadas, colocadas em orfanatos, prisões e demais instituições do Estado. Vivendo uma vida subhumana. Tinha sua condição miserável transformada em circo onde se pagava para assistir a atração. Em seguida passaram a integrar instituições assistencialistas e no século XX, no período pós-guerra, institucionalizam leis como a Declaração dos Direitos da criança, os Direitos do Homem e a Associação de Pais que contribuíram para formação de uma nova visão para as pessoas deficientes (SILVA, 2009), a qual será vista a seguir.

2.2 Partindo da segregação para integração

A partir do século XX com a institucionalização de diversas leis e o surgimento do princípio de normalização que expressa a possibilidade de que o deficiente mental desenvolva um tipo de vida tão normal quanto possível, preconizado por Bank-Mikkelsen, diretor dos serviços para deficientes Mentais da Dinamarca, forma-se gradualmente as primeiras ações que demonstravam integração. O princípio de normalização, pelas suas metas, deu origem a integração escolar e a designação de as crianças deficientes deveriam estudar em escolas

regulares. Este princípio percorreu em toda Europa e Estados Unidos, onde leis eram criadas promovendo educação gratuita para todos em escolas regulares. Portugal disseminou a política de integração por toda Europa e esta indicava três tendências; a primeira partia do princípio de que a escola regular deveria organizar-se de modo a atender as necessidades individuais de todos os seus alunos; a segunda estabeleceu que a integração era um fator de normalização que não era exclusiva da escola regular e a terceira defendeu os dois sistemas. Iniciou-se em 1981, considerado Ano Internacional do deficiente, mas somente em 1990 executou ações de maior alcance neste sentido. Coube à ciência através de estudos biológicos, investigar as questões relativas à deficiência, tendo em vista que a religião e o misticismo não mais se configuravam como indicadores de sua formação. Muito embora acontecesse um avanço com relação às condições de vida segregadas, havia ainda uma tímida participação das pessoas deficientes tanto na vida social quanto educativa (SILVA, 2009).

2.3 A integração com destino a inclusão

O ano de 1981 foi considerado como sendo o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência. Através de uma contribuição significativa, a Organização das Nações Unidas e a Carta para os Anos 80 aprofundaram as concepções e práticas de inclusão social. A Carta definiu metas importantes como: a participação total e a igualdade para as pessoas deficientes de todo o mundo. Do ponto de vista prático esta meta representava o direito de participar da vida social da comunidade em todos os seus aspectos. A partir desta Carta as Nações Unidas criaram o Programa Mundial de Ação; destinado a pessoas com deficiência, defendia-se o princípio de que a igualdade de direitos entre deficientes e não deficientes significava que as necessidades de cada indivíduo têm igual importância e, que, portanto, estas deverão constituir o alicerce do planejamento da sociedade e que todos os recursos sirvam para garantir ao indivíduo igual oportunidade de participação.

O caminho construído até a inclusão passou por uma série de medidas e decisões determinadas por organizações e agências internacionais, entre elas, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que deram valiosas contribuições nas políticas favoráveis à sua efetivação. A Declaração de Salamanca foi de extrema importância para o movimento a favor da inclusão. Aprovada por representantes de diversos países e organizações internacionais, em 1994, determinava que a escola regular deveria se ajustar a todas as crianças independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas e outras, ou seja, crianças

deficientes, superdotadas, crianças de ruas ou que trabalham, crianças de populações imigrantes ou nômades, pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais (UNESCO, 1994).

Observa-se que nos primórdios da história da humanidade a pessoa deficiente não tinha direitos. Sua condição limitante era motivo suficiente para ser privado, até mesmo da vida, pois sua dependência o transformava num peso para a comunidade da qual fazia parte. A desumanidade e crueldade se faziam tão presente que era muito comum o abandono e a morte. A própria família relegava seus filhos ao desprezo, esquecimento e morte. A religião, através de instituições como a inquisição, também contribuiu bastante para tornar essa realidade ainda mais grotesca, quando da associação de pessoas deficientes com o demônio. Mas foi também, através da igreja, que surgiram os primeiros casos de proteção e assistência através da propagação de amor ao próximo e a caridade.

Vê-se que a partir daí o assistencialismo foi se formando e gradualmente se fortalecendo. Foram surgindo às primeiras leis de proteção a pessoa com deficiência. Ainda assim, a regra geral era de muito sofrimento, de abandono em asilos e casas assistenciais. A condição de vida miserável impossibilitava qualquer avanço no seu desenvolvimento físico, psicológico e social. Mas as mudanças que lentamente aconteciam principalmente na legislação, eram significativamente importantes, pois assegurava ao menos, o direito à vida, mesmo que privado de outros direitos fundamentais para que esta tivesse qualidade. A partir da integração, essa realidade modificou-se de forma efetiva, embora longe de alcançar a inclusão absoluta, aconteceram muitos avanços na psicologia, na pedagogia e na medicina. A realidade da pessoa com deficiência a partir deste momento passou a ser agregada a estas áreas e, por consequência, a educação que procurou incorporar a inclusão de alunos deficientes em classes regulares, como ponto de partida para a promoção do desenvolvimento destes alunos.

Entende-se que permitir alunos em contextos separados de aprendizagem é contribuir para a exclusão, porque se negam as oportunidades de interação e desenvolvimento de suas habilidades de aprendizagem e sociais. A inclusão determina valores como a participação social que pode ser explicada como sendo um processo, segundo o qual, a sociedade se adapta de modo a poder incluir todos os seus sistemas, pessoas com necessidades especiais estão se preparando para a sociedade.

3. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A história da Educação Especial no Brasil sofreu grande influência até o final do século XIX, dos costumes e informações europeus. Abandono de crianças deficientes nas ruas, portas de conventos e igrejas eram normais no século XVII, conseqüentemente eram devoradas por cães ou acabavam morrendo de frio, fome ou sede. A institucionalização dessas crianças surge a partir da criação da “roda de expostos” em Salvador e Rio de Janeiro, no início do século XVIII e, em São Paulo, no início do século XIX. Em Salvador, Bahia, no ano de 1874 foi fundado o Hospital Juliano Moreira, considerado a primeira instituição para atender deficientes mentais (JANNUZZI, 2004).

A influência da medicina na educação dos deficientes permaneceu até os anos de 1930. O serviço de saúde do governo determinava pressupostos higienistas, o qual deveria se estender as casas e escolas. A partir deste entendimento a deficiência mental passou a ser problema da saúde pública. No Rio de Janeiro, nos anos 1903, foi criado o Pavilhão Bourneville, primeira Escola Especial para crianças anormais. Posteriormente foi construído um pavilhão para crianças no Hospício de Juquery. Gradativamente a medicina foi sendo substituída pela Psicologia e Pedagogia. Contudo essas iniciativas só existiam nos grandes centros. Na grande maioria dos casos, as crianças deficientes permaneciam cuidadas em casa ou institucionalizadas.

Nas primeiras décadas do século XX, no Brasil República houve o processo de popularização da escola primária. Surge o movimento da “escola-nova” que pregava a crença no poder da educação como ponto de transformação social, o interesse por pesquisas científicas, o estímulo à igualdade e liberdade individual da criança. A “escola-nova” permitiu a participação da Psicologia na Educação e foram criados testes de inteligência para identificar as crianças com deficiências. Chega ao Brasil, Helena Antipoff, psicóloga e educadora, a fim de coordenar cursos de formação de professores em Minas Gerais, mais tarde criou serviços de diagnósticos e classes especiais para escolas públicas neste estado que, em seguida se estendeu para outros estados. Embora se considere os muitos pontos positivos da escola nova, ela acabou contribuindo para a exclusão dos diferentes das escolas regulares (ROLIM, 2008).

No Brasil, segundo o Censo do IBGE de 2000, 14,5% dos brasileiros sofrem com algum tipo de deficiência e em sua maioria, excluídos dos serviços de educação, saúde, lazer, trabalho, entre outros. O desconhecimento desta realidade fez com que a comunidade

internacional de pessoas com deficiência lutasse e conseguisse a aprovação, em 2006, da Convenção de Direitos da Pessoa com Deficiência pela Organização das Nações Unidas (ONU). Tal documento tem força legal e determina que:

[...] a deficiência é um conceito em evolução e resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras atitudinais e ambientais que impedem sua plena e efetiva participação na sociedade com igualdade de oportunidades com as demais pessoas (ONU, 2006).

Entende-se que os indivíduos apresentam características de aprendizagem interacionais diferentes da grande maioria, portanto; sofrem discriminação e preconceito em ambientes onde esta maioria convive regularmente. Estas práticas geram os mais variados tipos de sofrimento como, por exemplo: medo, desespero e tragédia e, conseqüentemente, são extremamente prejudiciais ao desenvolvimento humano integral dessas pessoas. Há ainda uma crua insensibilidade por parte da grande maioria das pessoas com relação às pessoas que apresentam algum tipo de deficiências: Algumas são consideradas problemas e, portanto, ocultas do convívio social, outras são impedidas de aprender em nome da crença infundada de sua incapacidade para a aprendizagem entre tantos outros fatores que prejudicam seu desenvolvimento. Privadas de seus direitos são excluídas da família, da escola, da comunidade, do lazer e das várias esferas sociais (FERREIRA, 2008).

3.1 Políticas brasileira sobre inclusão

Atualmente existe um conjunto de leis que assegura à pessoa com deficiência, seus direitos civis. Portanto se reconhece que a pessoa com deficiência é um sujeito de direito como qualquer outro ser humano; logo deve-se assegurar-lhe o direito à vida em família e em comunidade, acesso à educação e todo o universo da vida humana. Justifica-se a necessidade de promover a inclusão já nos primeiros anos escolares, ou seja, desde a educação infantil de modo que assegure à criança desde cedo a sua presença nas vários espaços e segmentos sociais, o que demonstra uma nova visão pedagógica que valoriza a convivência com a diferença e trabalha o sentimento de igualdade entre todos. A Convenção dos Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência, determina que seja necessário iniciar por:

[...] reconhecer as valiosas contribuições existentes e potenciais das pessoas com deficiência ao bem-estar comum e à diversidade de suas comunidades, e com a promoção do pleno desfrute, por pessoas com deficiência, de seus direitos humanos e liberdades fundamentais e sua plena participação na sociedade resultará na elevação do seu senso de fazerem parte da sociedade e no significativo avanço do desenvolvimento humano, social e econômico da sociedade, bem como na erradicação da pobreza. (ONU, 2006, p. 2)

A partir deste século as leis que asseguram os direitos das pessoas especiais se tornaram mais sólidas e foi se formando um novo quadro na legislação para pessoas com deficiência no Brasil. Em 1988, a Constituição Federal determinou que o atendimento educacional especializado ao estudante com deficiência deveria acontecer preferencialmente na rede regular de ensino e ordenou como um dos princípios fundamentais para o processo educacional dessas pessoas, a igualdade de condições de acesso e permanência na escola art. 206, inciso I. Este encargo deve ser assegurado pelo Estado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um art. 208, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação art. 3º, inciso IV.

De um modo geral estes artigos asseguram o direito de todo e qualquer estudante seja ele acometido por algum tipo de limitação, o não de acesso a qualquer escola e/ou sala de aula de ensino regular e, também aos serviços e apoios necessários à sua escolarização. Na mesma linha a Convenção dos Direitos da Criança da ONU 1989, estabelece em seu artigo 23 que:

[...] os estados reconhecem que toda criança portadora de deficiências físicas ou mentais deverá desfrutar de uma vida plena e decente; reconhecem o direito da criança deficiente de receber cuidados especiais; estimularão e assegurarão a prestação de assistência adequada às condições da criança, que será gratuita e visarão assegurar à criança deficiente o acesso à educação, à capacitação, aos serviços de saúde, aos serviços de reabilitação, a preparação para emprego e às oportunidades de lazer de forma que ela atinja uma completa integração social. Os estados promoverão ainda o intercâmbio e a divulgação de informações a respeito de métodos e técnicas de treinamento, educação e reabilitação para que se possa aprimorar os conhecimentos nessas áreas (ONU, 1989).

Em resposta a esta Convenção e ao movimento da sociedade Civil brasileira de defesa e promoção dos direitos das crianças e jovens, foi publicado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) o qual determina que:

[...] nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990)

No mesmo ano a Lei 7.853/89, que regulamenta o apoio às pessoas deficientes, estabelece em seu Art.8º, que:

[...] constitui crime punível por reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa: I recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição (matrícula) de um aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta. (BRASIL, 1989)

Entre leis, resoluções, portarias e decretos, cinco documentos legais têm suma importância na promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência no Brasil:

1. A Lei de Acessibilidade Lei 10.098/2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.

Busca promover acessibilidade independente de qual seja a deficiência (visual, locomotora, auditiva, etc.), a partir da eliminação de obstáculos e barreiras existentes nas vias públicas, na reforma e construção de edificações, no mobiliário urbano e ainda nos meios de comunicação e transporte, daí a importância de conhecer-se tal conceito: Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa deficiente ou com mobilidade reduzida.

2. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução nº. 02/2001, do Conselho Nacional de Educação), que oferece os fundamentos, a política educacional, os princípios, a operacionalização das diretrizes para sistemas de ensino, a organização de atendimento na rede regular de ensino, a organização do atendimento em escola especial, as etapas da escolarização em qualquer espaço escolar, o currículo, a “terminalidade específica” e a educação profissional; estabelecem que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais (art.2º), o que beneficia, portanto, o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização. Entretanto, ao admitir a possibilidade de substituir o ensino regular, acaba por não potencializar a educação inclusiva prevista no seu artigo 2º.

3. O Decreto 3.956/2001, que promulga a Convenção Interamericana para Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

4. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, criada em 1996- Lei nº 9.394/96, no artigo 59, recomenda que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, método, recursos e organização específica para atender às necessidades; assegurar a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, por motivo de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Determina ainda, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “(...) oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características, do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37). Em seu texto mais polêmico (art. 58 e seguintes), reza que “o atendimento educacional especializado será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular”. Ademais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei 9.394/96) tem papel fundamental no sentido de assegurar o direito à educação das pessoas deficientes na rede regular de ensino, pois traz um capítulo inteiro (V) sobre a educação especial.

5. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001) estabelecem que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais (art.2º), o que beneficia, portanto, o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização. Entretanto, ao admitir a possibilidade de substituir o ensino regular, acaba por não potencializar a educação inclusiva prevista no seu artigo 2º.

Observa-se que se comparada a outros países latinos, a legislação brasileira é bastante avançada, todavia a realidade que se disponibiliza a partir dos dados indica que são desconhecidos pela população em geral, de modo que os direitos das pessoas com deficiência continuam sendo violados dos mais diversos modos. A própria burocracia que faz parte desses documentos, inviabiliza o acesso destas pessoas, que por desconhecerem seus conteúdos legislativos, deixam de cobrá-los e conseqüentemente de recebê-los. Entende-se neste sentido que direito tem que direito conhece e procura; do contrário, lhes serão negados (SCS, 2003; FERREIRA, 2002; BANCO MUNDIAL, 2003; BIELER, 2004).

O Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos, firmada em Jomtien, na Tailândia, em 1990. Desse documento, ressaltam-se alguns trechos que criam as justificativas para as linhas de propostas que são apresentadas neste texto:

Todas as crianças, de ambos os sexos, têm direito fundamental à educação e que a ela deva ser dada a oportunidade de obter e manter nível aceitável de conhecimento; Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios; Os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda gama dessas diferentes características e necessidades; As pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades; Adotar com força de lei ou como política, o princípio da educação integrada que permita a matrícula de todas as crianças em escolas comuns, a menos que haja razões convincentes para o contrário; [...] Toda pessoa com deficiência tem o direito de manifestar seus desejos quanto a sua educação, na medida de sua capacidade de estar certa disso. Os pais têm o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação que melhor se ajuste às necessidades, circunstâncias e aspirações de seus filhos (1990).

Observa-se a preocupação do poder público brasileiro com o aluno deficiente quando busca, através de alianças com outros países, fazer parte da criação de leis que propiciem uma educação inclusiva, pois é a partir de um sistema educacional inclusivo que o aluno terá mais possibilidade de integrar-se a sociedade. A educação, por natureza já se torna um instrumento de conhecimento, cooperação e socialização e quando esta tem o firme propósito de promover inclusão, amplia sua capacidade interativa e social.

Compreende-se que as leis ressaltam os direitos de toda criança, entre eles o direito fundamental a educação, de adquirir e manter um bom nível de conhecimento. Isso expressa à necessidade de toda escola estar preparada para aceitar e propiciar aos alunos independentemente da sua condição, um ensino plausível com qualidade.

Percebe-se que cada criança tem suas particularidades, seu tempo e modo de aprender. Nem sempre a mesma metodologia servirá para todos. Logo cabe ao professor pensar estratégias próprias a cada situação conforme a necessidade. Torna-se muito importante conhecer cada aluno em particular, sua história, seus interesses e necessidades, pois a partir daí o professor poderá avaliar suas capacidades de aprendizagem.

Entende-se que as instituições de ensino devem ser planejadas e criadas pensando em acomodar as crianças de modo que estas possam potencializar seus conhecimentos. Para isto faz-se necessário que estas instituições sejam pensadas conforme a sua efetiva utilidade para tornar concreto o objetivo de viabilizar uma educação de qualidade. O planejamento de ensino

também precisa ser criado conforme a necessidade de cada aluno, tendo em vista a diversidade de todos.

Entende-se que o ensino regular é de extrema importância. A criança precisa ingressar na escola regular para sentir-se integrada ao grupo. Da sua socialização dependerá a sua aceitação por todos e conseqüentemente sua inclusão. Neste sentido torna-se importante para o professor planejar atividades onde se desenvolvam trabalhos em que todos participem e cooperem entre si, de modo que haja interação entre todos.

Nota-se que para que o processo de inclusão tenha sucesso é necessário que se utilizem as matrículas de todas as crianças em escolas regulares, mesmo que por força de lei tendo em vista a necessidade da criança de conviver com os demais colegas e participar de forma efetiva das muitas atividades produzidas na instituição de ensino, salvo algumas situações mais incomuns que impossibilitem seu acesso às escolas.

Compreende-se que todo indivíduo com deficiência tem o direito de expressar suas vontades quanto à educação diante de sua capacidade de estar correto neste sentido. Os pais devem ser consultados quanto a melhor forma de educação apropriada conforme a necessidade e capacidade de seus filhos, entretanto não podem privá-los do direito subjetivo a educação obrigatória, garantido por lei.

Verifica-se também que o sistema educacional brasileiro tem passado por muitas mudanças, devido principalmente a execução da legislação, a política de inclusão das pessoas com deficiência, a necessidade de preparar os professores para educarem além da adaptação das próprias escolas e construção de salas especiais quando da necessidade não suprida na sala de aula de ensino regular ou em salas especiais.

Compreende-se que a partir do ano 2000 a política pública educacional destinada à rede de ensino pública para o desenvolvimento de escolas inclusivas tomou rumos muito urgentes, leis, decretos resoluções foram imediatamente aprovados para assegurar os direitos das pessoas com deficiência ter acesso na educação em escolas regulares valorizando-se principalmente as especificidades da aprendizagem desses alunos; documentos oficiais importantes foram criados tais como:

1. Lei de Libras (Lei 10.436, de 24/12/2002) e o respectivo Decreto-Lei 5.626 de cursos de formação de professores de Magistério (nível médio) e superior (licenciaturas) e também nos cursos de fonoaudiologia. Além disso, esse decreto regulamenta a formação de Libras em nível de graduação universitária e de instrutor de Libras em nível médio.

2. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Portaria SEESP/MEC 948/2007, DE 07/12/2008, que objetiva orientar políticas públicas

estaduais e municipais de inclusão no território nacional, por meio da implantação na rede do “Atendimento Educacional Especializado” (AEE). Como consequência desse documento, em 02/10/2009, foi aprovada a resolução nº 4 do Conselho Nacional de Educação, que dispõe sobre as diretrizes para esse tipo de atendimento.

3. Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes – (1982) tem como objetivos promover medidas eficazes para a prevenção da deficiência e para a reabilitação e a realização dos objetivos de “igualdade” e “participação plena” das pessoas deficientes na vida social e no desenvolvimento. Isto expressa oportunidades iguais às de toda a população e uma participação justa na melhoria das condições de vida e conseqüentemente do desenvolvimento social e econômico. Independentemente do seu desenvolvimento, estes fundamentos devem ser aplicados com o mesmo alcance e a mesma urgência em todos os países.

Entretanto, vale salientar que muito embora existam todos estes instrumentos legais, não há de fato uma aplicabilidade dessas leis. Isso muito depende do desenvolvimento da conscientização da sociedade e de um modo particular das comunidades escolares quanto à execução dos direitos incondicionais das pessoas com deficiência, que como todos; são sujeitos de direitos. E mesmo que exista uma grande distância entre o que reza a lei e a prática; é imprescindível que estas existam, pois é a partir de sua existência que se tornará real a sua efetivação.

4. METODOLOGIA

4.1 Delineamento

A pesquisa é transversal e de campo, pois foram realizadas entrevistas com os participantes em seu local de trabalho, sendo feitas análises de natureza qualitativa.

4.2 Local de Realização da Pesquisa

A pesquisa ocorreu na Escola Municipal de Ensino Fundamental Silveira Dantas, localizada à rua Dr. Manoel Dantas, S/N, no município de Teixeira no Estado da Paraíba. A escola é composta por nove salas para o ensino regular mais uma sala para os alunos do Atendimento de Educação Especial, formando um total de dez salas. Uma diretoria, um laboratório de informática. Quatro banheiros, sendo um deles todo adaptado para os alunos do AEE. Sala de professores. Quadra de jogos e um pequeno pátio. Seu corpo administrativo conta com um diretor; um vice-diretor; uma coordenadora; uma supervisora; uma assistente social. Outros funcionários que fazem parte da instituição são: Dois vigias; um porteiro; seis merendeiras; seis ajudantes de limpeza. Seu corpo docente é formado por dezoito professores, sendo quinze licenciados. Todos ensinam nas salas regulares, do primeiro ao quinto ano e três especialistas para a turma do AEE. Seu corpo discente compõe-se de duzentos e oitenta e cinco alunos, sendo quinze destes, especiais. O planejamento é quinzenal e baseia-se no PPP e nos PCNs.

4.3 Participantes

Participaram desta pesquisa três professores da rede pública do município de Teixeira/PB, todos eram do sexo feminino e formadas em pedagogia, tinham em média 43,3 anos e lecionavam nas turmas do 2º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental. Todas tinham alunos com deficiência, duas tinham um deficiente auditivo na sala e a outra um autista.

4.4 Instrumentos

Questionário Sociodemográfico: aborda informações, tais como: sexo, idade, formação, se tem aluno deficiente e qual a deficiência (APÊNDICE A).

Roteiro de entrevista semi-estruturado (APÊNDICE B) que aborda sobre o conceito de integração e inclusão, as práticas favoráveis a inclusão e as mudanças necessárias para se efetivar a política da inclusão de crianças deficientes no ensino regular.

4.5 Procedimentos

Inicialmente foi requisitada a autorização da gestora da instituição de ensino para a participação dos professores. Em seguida, os professores foram convidados a participar da pesquisa, que se concretizou com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO A).

Na oportunidade, os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo e solicitada a autorização para gravar a entrevista. Na ocasião foi informado sobre o sigilo da identidade dos entrevistados. Ademais, foi esclarecido aos professores que a participação seria voluntária, podendo os mesmos desistirem de participar da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas em um ambiente reservado, dentro da instituição. Na ocasião, os participantes discorreram livremente sobre o tema, sendo necessário cerca de 20 minutos para conclusão da participação. O presente estudo cumpriu todos os preceitos éticos vigentes para a realização de pesquisas com seres humanos, defendidos pela Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

4.6 Análise de dados

A análise dos dados foi realizada de modo qualitativo a partir da análise de conteúdo de Bardin (2009).

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir serão apresentadas as respostas dos participantes à entrevista. Na ocasião, serão consideradas a ordem das perguntas realizadas e, em seguida, serão apresentadas as discussões.

Tabela 1. Respostas dos participantes sobre o conceito de integração

Participantes	Respostas
1	Integração é o acesso da pessoa com deficiência, na sala regular, no entanto não é garantia para aprendizagem.
2	É uma forma de unir, unificar para que todos possam aprender uns com os outros, interagindo e contribuindo para uma aprendizagem significativa de forma coletiva.
3	É apenas colocar as crianças com deficiência dentro de uma sala regular e essas que devem se adaptar à escola. É uma falsa inclusão.

Na Tabela 1 nota-se que dois dos participantes (respostas 1 e 3) têm pontos de vista similares acerca da integração; compreendem que a integração é apenas o acesso do aluno deficiente no ensino regular e que a ele caberá sua adaptação à escola. Seria uma falsa inclusão. Um dos participantes, porém, entende a integração como forma de união onde todos se ajudam, interagindo e contribuindo para que a aprendizagem aconteça significativa e de forma coletiva.

De acordo com as respostas percebe-se que as ideias estão na base da integração, pois a inclusão vai além disso, ela envolve uma aceitação das dificuldades dos alunos e de uma adaptação da escola as necessidades e potencialidades do educando.

Tabela 2. Respostas dos participantes sobre o conceito de inclusão

Participantes	Respostas
1	Garantir o direito de aprendizagem a “todos”.
2	É permitir, favorecer ou facilitar o acesso ao meio comum, indistintamente, tendo como objetivo uma proposta onde todos tenham uma convivência saudável, sem preconceitos, sem rotulação, primando pelo desenvolvimento do indivíduo enquanto cidadão.
3	É a inserção total e incondicional de crianças com deficiência dentro da sala de aula regular, independente da escola está preparada ou não. Nesse sentido, a criança tem o direito de frequentar as turmas regulares.

Na Tabela 2 pode-se perceber que os participantes entendem a inclusão como a inserção do deficiente no ensino regular, isto para garantir o direito de aprendizagem. Todavia, enfoca que a escola poderia estar preparada ou não. Também se pode identificar que, segundo os participantes, esta inserção irá promover o desenvolvimento da criança enquanto cidadão.

Pode-se afirmar que, segundo as respostas dos docentes, inserir o aluno deficiente no ensino regular produzirá este objetivo (inclusão) e também que esta inserção promoverá seu direito enquanto cidadão, entretanto as leis de proteção à pessoa deficiente, a escola deve estar preparada, do contrário esta precisa adequar-se às necessidades desses alunos.

Tabela 3. Respostas dos participantes sobre o modo que favorece a inclusão

Participantes	Respostas
1	Metodologia diversificada para atender as necessidades dos alunos.
2	Promovendo encontros motivadores onde cada um conheça o outro e se torne parte de um processo de conhecimento, respeitando as diferenças e valorizando as aprendizagens e (saberes) uns dos outros.
3	Realizar atividades onde todos participem, colaborem, interagem independente do seu desenvolvimento. Que haja uma parceria nas atividades, jogos, pinturas ou demais exercícios. Assim, como também, o apoio dos pais que devem e sempre estão em permanente contato com o com a escola/professor.

Na Tabela 3 as respostas dos participantes se completam. O primeiro cita a metodologia diversificada priorizando as necessidades dos alunos, os demais citam encontros motivadores onde todos se conheçam mutuamente, respeitando as diferenças, valorizando as

aprendizagens, bem como viabilizando a participação coletiva nas diversas atividades e a participação da família.

De acordo com este estudo, a inclusão compreende todos estes fatores e mais ainda, pois esta acolhe, igualmente, no sistema de ensino, todo e qualquer aluno, independentemente de qualquer aspecto promovendo seu desenvolvimento integral.

Tabela 4. Respostas dos participantes sobre as práticas adotadas para a promoção da inclusão de alunos deficientes

Participantes	Respostas
1	Atividades visuais para favorecer a aprendizagem.
2	Procure utilizar brincadeiras roda de conversa, e principalmente à valorização de cada um em particular. Trabalho sempre de forma coletiva e especialmente através de leituras, recortes e colagens, diálogos e videoaulas, por se tratar de um recurso atrativo e que os mesmos se envolvem e interagem por completo.
3	Em primeiro lugar, busca-se realizar atividades de acordo o seu nível cognitivo motor, que levem a desenvolver suas aptidões. Segundo todas as atividades são socializadas e desenvolvidas de forma cooperativa para que no geral todos expressem suas ideias. E, nesse sentido, construindo uma troca de cuidados, onde todos se respeitam uns aos outros e buscam ajudar-se no processo ensino-aprendizagem.

Na Tabela 4, pode-se verificar que os participantes indicam como práticas adotadas na promoção da inclusão de alunos deficientes atividades diversas, tais como: visuais, brincadeiras e rodas de conversa. Diversidade nos recursos, a saber: leituras, recortes, colagens, diálogos e vídeo aulas. Também valorizam o trabalho coletivo, onde todos expressem suas ideias, difundindo o respeito mútuo e a cooperação de todos para que se promova o ensino-aprendizagem.

Portanto, pode-se ver que as práticas promovem a inclusão, principalmente quando são bem planejadas pensando nas necessidades de cada um, valorizando os pontos positivos e criando elementos que possibilitem a aprendizagem de todos.

Tabela 5. Respostas dos participantes sobre as dificuldades encontradas na execução de um trabalho de inclusão

Participantes	Respostas
1	A ausência de formação Inicial e continuada na área de educação especial
2	O grande número de alunos na sala de aula falta de recursos, indisponibilidade de tempo, (para aperfeiçoamento) em relação a conhecer melhor seu aluno (com deficiência) enfim; uma formação adequada (dentro da área) para não fazer um trabalho solto e sem êxito.
3	As dificuldades são muitas. De início, as instituições deveriam ter uma equipe multiprofissional para melhor atender, apoiar o atendimento dessas crianças no ensino regular. Segundo, as próprias escolas encontrarem-se desprovidas no sentido geral de recursos materiais e humanos suficientes e qualificadas para o funcionamento de qualidade. Assim, como também, vemos que falta muito mais dedicação por parte do poder público, no que se refere à questão de investimento. E, dessa forma, as próprias famílias se recusam a colaborar ou em alguns casos, se omitem da responsabilidade.

Na Tabela 5 observa-se que os participantes indicaram como dificuldade na execução de um trabalho de inclusão a ausência de formação inicial e continuada na área de educação especial, o grande número de alunos, a falta de recursos, a indisponibilidade de tempo para aperfeiçoamento; além de uma equipe qualificada para atender estas crianças no ensino regular. Ainda citam a carência dos recursos materiais e humanos; bem como, o descaso do poder público assim como das famílias.

Observa-se muitas dificuldades para execução de um trabalho de inclusão, além também da quase inexistência de profissionais na área de educação especial e o conseqüente despreparo daqueles que atuam sem conhecimento de causa. Isto ocorre por inúmeros motivos, além dos acima citados, a falta de valorização do profissional, o tempo indisponível para formação e as dificuldades financeiras. São muitas as razões que dificultam a efetivação de um trabalho de qualidade, muito embora as leis, por suas palavras, garantam o cumprimento da acessibilidade do aluno deficiente na sala de aula, no ensino regular, e não querendo negar a sua importância, estas mesmas leis não criam as possibilidades para que isso ocorra, daí a grande complexidade que é verdadeiramente ter a inclusão no sistema educacional.

Tabela 6. Respostas dos participantes sobre os possíveis métodos inclusivos na sala de aula

Participantes	Respostas
1	Investimento dos profissionais e materiais pedagógicos para essa modalidade de ensino.
2	Seria necessário a compreensão dos gestores públicos em relação à formação e valorização dos profissionais; no caso, capacitá-los para que os mesmos possibilitem de fato e de direito a inclusão. Dá forma que vem ocorrendo, acredito que jamais alcançaremos nossos objetivos.
3	Deveria haver mais comprometimento por parte de todas as instâncias responsáveis e de toda a comunidade escolar pais, professores, diretores, secretários e todos os envolvidos nesse complexo processo que se chama a educação. Pois, quando a cooperação verdadeira as coisas acontecem. E porque não realizar, uma vez que esse é direito garantido por lei a essas crianças?

Na Tabela 6 as respostas dos participantes também se completam no que se refere a possíveis métodos inclusivos na sala de aula. Os participantes concordam que é importante o investimento nos profissionais e materiais pedagógicos, bem como a participação e o engajamento do poder público no sentido de qualificar os profissionais de educação e ainda, o envolvimento da comunidade escolar e da família para que a lei se cumpra efetivamente viabilizando uma educação inclusiva.

Tudo que foi dito é importante, porém não condiz com a afirmação que seriam métodos inclusivos para que se promova a inclusão na sala de aula. Para que ocorra a inclusão é importante que existam profissionais capacitados, materiais adequados e o engajamento de todos, porém quando se trata de métodos inclusivos tem-se que são as ações desenvolvidas por profissionais de educação, onde são planejadas atividades de ensino e, neste caso, adequadas a cada situação, que facilitem a aprendizagem dos alunos para que estes atinjam determinados objetivos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A referida pesquisa foi desenvolvida numa escola do município de Teixeira (PB) com autorização da Direção e professores envolvidos. Tal escola foi escolhida como amostra por apresentar um bom número de alunos/as com necessidades especiais.

Durante a execução desse trabalho foi visto e reconhecido todo esforço e compromisso por parte dos profissionais de educação envolvidos, para atender às crianças nos seus diferentes graus de especificidades, de modo que ficou evidente os cuidados e apreço dispensado a todos os alunos.

A partir do trabalho desenvolvido fica evidente que a realidade da sala de aula dos participantes está tendo como prática o modelo de integração. Mesmo com todo empenho dos profissionais envolvidos, falta muito para se chegar à verdadeira inclusão. Um dos fatores que necessita de mudanças urgente é a qualificação dos professores. Torna-se indispensável uma formação adequada, pois os professores, em muitas situações, ficam perdidos, não conseguem administrar uma metodologia adequada para tão extensa diversidade. Sabendo ser ele, o professor, uma das peças fundamentais para o sucesso desse trabalho, torna-se de vital importância investimento na sua formação.

É também importante salientar que os muitos instrumentos legais não asseguram sua legitimidade, porque isso depende também da sensibilização e compreensão da sociedade e, especificamente das coletividades escolares junto ao seu reconhecimento e efetivação diante dos direitos integrais das pessoas deficientes, que igualmente a todos, são sujeitos de direitos. Todavia não se pode negar a importância destas, já que garantem a todo indivíduo deficiente, o cumprimento dos seus direitos.

Entende-se que o presente trabalho tem limitações, não só em virtude do número de professores entrevistados e de uma única escola. Todavia, não se teve a intenção de generalizar os resultados, mas apenas ter um panorama da realidade aqui abordada.

Conclui-se que o objetivo do estudo foi alcançado, ficando evidente que a inclusão que se deseja ainda não é realidade, pois esta não só se obtém com mudanças estruturais. As mudanças precisam acontecer também na estrutura, mas é essencial que esta se antecipe a sua execução a partir de um planejamento, de uma formação profissional adequada e uma preparação para enfrentamento dos desafios cada vez mais diversificados. De modo que a participação do poder público é de suma importância, mas é ao professor que cabe a grande responsabilidade tendo em vista que é a partir do seu trabalho que ocorrerá o melhor

desenvolvimento da criança deficiente. Portanto, sugere-se, para estudos futuros, uma intervenção nesta realidade, onde os profissionais sejam capacitados e haja uma equipe técnica qualificada na escola para dar apoio aos professores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados do. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/432201.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2017.

_____. **Comissão de direitos humanos do.** Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-dos-Portadores-de-Deficiencia/programa-de-acao-mundial-para-as-pessoas-deficientes.html>> Acesso em: 29 jun. 2017

_____. **Constituição da República Federativa do.** 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 13 abr. 2017.

_____. **Convenção dos Direitos da Criança,** ONU. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **Convenção Sobre Os Direitos Das Pessoas Com Deficiência.** Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em: 12 out. 2016.

_____. **Diretrizes da Educação Especial na Educação Básica.** Ministério da Educação. Decreto Lei nº3.298 de 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

_____. **Estatuto Da Criança e Do Adolescente.** Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 24 out. 2016.

_____. **Lei Dos Portadores de Deficiência.** Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Brasília, DF. Disponível em:

<<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/deflei7853.ht>>. Acesso em: 25 set. 2016.

_____. **Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes>. Acesso em: 17 out. 2016.

_____. **Lei da acessibilidade comentada.** Lei n. 10.098, de 2000. Brasília, DF. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/cotidiano/lei-da-acessibilidadecomentada/29452>> Acesso em: 29 jun. 2017.

_____. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação.** Despacho do Ministro em 15/8/2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017

_____. **Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **Senado Federal do.** Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_12.07.2016/art_208_.asp>. Acesso em: 20 abr. 2017.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

CARNEIRO, Moaci Alves. **Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns.** São Paulo, Ed.Vozes, 2007.

COSTA, Marcus Joelby Bezerra; RAMOS, Melissa Gusmão. **Diversidade e Direitos Humanos na Educação Infantil.** 1ª Ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

GLAT, Rosana. **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar.** 1ª ed. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2007. p. 210.

GURGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho**. Florianópolis, Obra Jurídica, 2007.

JANNUZZI, Gilberta Sampaio de Martino. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Editora Autores Associados Ltda, 2004.

ROLIM, Olga Maria Piazzentin. **Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente** *In*: Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental, Bauru, 2008.

SILVA, Otto Marques da. **A Epopéia Ignorada: A pessoa Deficiente no Mundo de Ontem e de Hoje**. São Paulo: CEDAS, 1986.

SILVA, Maria Odete Emygdio da. **Da Exclusão à Inclusão: Concepções e Práticas**. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502009000100009> Acesso em: 29 jun. 2017.

UNICEF. **Convenção Sobre Os Direitos Da Criança**. Organização das Nações Unidas. Nova York, 1948. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm>. Acesso em: 10 out.2009.

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA –
MODALIDADE A DISTÂNCIA

Prezado(a) Colaborador(a),

Esta pesquisa visa compreender os comportamentos sociais dos professores. Está sendo desenvolvida pela Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof.^a Patrícia Nunes da Fonsêca e da aluna Maria Luiza Feitoza Leite. Para a efetivação do estudo, gostaríamos de contar com sua colaboração respondendo a este questionário.

Por favor, leia atentamente as instruções e responda as perguntas da entrevista conforme seu julgamento. Para que você possa respondê-lo com a máxima sinceridade e Liberdade, queremos lhe garantir o caráter anônimo e confidencial de todas as suas respostas. Você também pode abandonar o estudo a qualquer momento sem nenhum tipo de prejuízo. Contudo, antes de prosseguir, de acordo com o disposto na resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, faz-se necessário documentar seu consentimento.

Por fim, nos colocamos a sua inteira disposição para esclarecer qualquer dúvida que necessite.

Desde já, agradecemos sua colaboração.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Assinando este termo, estou concordando em participar do estudo acima mencionado, sob a coordenação da **Prof.^a Dr.^a Patrícia Nunes da Fonsêca** da aluna Maria Luiza Feitoza Leite, estando ciente de que os dados fornecidos poderão ser utilizados para fins científico-acadêmicos.

João Pessoa, ____ de ____ de ____

Assinatura do Participante

APÊNDICE A**QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO****UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA****CENTRO DE EDUCAÇÃO****COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA – MODALIDADE A DISTÂNCIA**

Estimado professor (a):

Estou concluindo meu curso de graduação em Pedagogia e gostaria de sua participação em uma pesquisa de campo respondendo a um questionário sobre a inclusão.

Agradeço por sua contribuição

Maria Luiza Feitoza Leite

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Responda as questões abaixo:

- a) Idade:
- b) Sexo:
- c) Formação Profissional:
- d) Curso de Especialização: Se sim, qual?
- e) Que série (ano) você leciona?
- f) Você tem alunos com deficiência? Se sim, qual?

APÊNDICE B
ROTEIRO DE ENTREVISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA – MODALIDADE A DISTÂNCIA

Estimado professor (a):

Estou concluindo meu curso de graduação em Pedagogia e gostaria de sua participação em uma pesquisa de campo respondendo a entrevista.

Agradeço por sua contribuição

Maria Luiza Feitoza Leite

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1- O que você entende por integração?
- 2- O que você entende por inclusão?
- 3- Que modos podem ser usados para favorecer a inclusão?
- 4- Que práticas você adota em sala de aula que promovem a inclusão de alunos deficientes?
- 5- Quais as dificuldades para executar um trabalho de inclusão?
- 6- O que seria preciso para haver realmente a inclusão de crianças deficientes no ensino regular?